

Privilégio e hipocrisia

O ENSINO público brasileiro de Terceiro Grau é hoje um mecanismo perverso de concentração da renda, desobrigando suas instituições de qualquer compromisso sincero com a formação de uma consciência social. Porque sua gratuidade se sustenta sobre uma iniquidade: o deserdamento do ensino de Primeiro e Segundo Graus, aliado à notória incapacidade, técnica e financeira, da maioria dos Estados e Municípios brasileiros.

ESSA denúncia, feita em entrevista ao GLOBO pelo Ministro da Educação, Hugo Napoleão, precisa ser repetida, explicitada e difundida, até que sensibilize os grupos de interesses que teimam em dar o ensino superior público como sinônimo de gratuito; ou até que haja alguém, no Governo, com coragem política para desfazer esse sofisma grosseiro, expediente hipócrita de protetores ou beneficiários de uma sociedade de privilégios.

GRATUITO, o ensino superior público é cada vez menos, abocanhando 80 por cento do orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 1988, quando, em 1985 ainda, ficava em 49 por cento. Nunca foi gratuito e é cada vez mais pago à custa dos demais níveis. Pago até através da compra de calorias feita por um humilde trabalhador, do feijão e arroz à aguardente: em cada cruzado de im-

posto pago, direta ou indiretamente, pelo cidadão brasileiro, 13 centavos vão para a educação, repartidos desta forma: 10,4 centavos para o ensino público de 3º Grau, isto é, para as universidades federais, e 2,6 centavos para os dois outros níveis.

E POR QUE essa discriminação tão flagrante das maiorias? Porque é das minorias que vem toda a grita e toda a pressão; às minorias é que sucessivos Governos têm feito eco, reforçando-lhes as vozes, para que, afinal, se calem direitos, dos mais elementares. Surge, então, como normal e facilmente aceita, a mais repelente sociedade de privilégios.

RETRATO, de corpo inteiro, dessa sociedade de privilégios, é a universidade oferecida gratuitamente aos que teriam toda condição de pagar pelo ensino e educação que recebem. Reflexo dela é o tripúdio que se faz sobre os pobres que ousaram aspirar ao ensino superior, depois de sobreviver a um ensino de Primeiro e Segundo Graus deficiente e desestimulante: eles pagam duas vezes — pelo ensino que vão buscar numa universidade particular, sempre relativamente cara, e pelo ensino público, dito gratuito, que é ministrado aos mais afortunados.

EM QUALQUER democracia, é uma aberração política a

universidade que inverte o processo de distribuição da renda; e tolerá-la, será despi-la de qualquer objetivo educacional: formar para o egoísmo, individualista ou corporativista, é anular a educação, compromisso com um sistema de relações interpessoais cada vez mais amplas, até se chegar à escala da humanidade.

EM VÃO se procurará, nessa universidade em clube fechado que faz a pantomima da universidade pública, uma verdadeira consciência crítica: esta começa pela crítica de si próprio e da própria situação. Havendo, por parte do Poder Público, além de autocrítica, coragem e determinação, logo surgirá uma fórmula prática de se fazer justiça. Ela nascerá de um princípio simples: quem pode, paga — para que surjam os recursos que permitam a quem não pode, mas revela capacidade e aptidão, galgar todos os degraus da estrutura educacional.

A REPARTIÇÃO justa é contrapartida da equidade na contribuição: quem, tendo os meios para tanto, contribui para a educação, em todos os níveis, amplia as oportunidades dos que não dispõem de meios e, entretanto, merecem. Mérito e direito se correlacionam tanto, que um direito que tolhe o reconhecimento do mérito deixa de ser direito.